

A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E A PERCEPÇÃO DO MEIO RURAL: UM DEBATE NECESSÁRIO

The Training in Psychology and Perception of the Rural Environment: a Necessary Debate

Alberto Mesaque Martins

*Faculdade Metropolitana de BH. Graduando em Psicologia - Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte
albertomesaque@yahoo.com.br*

Artigo recebido em: 30 de janeiro de 2009. Aceito em: 30 de junho de 2009

RESUMO

O meio rural mostra-se em evidência na mídia brasileira atualmente impulsionando a tomada de posição da sociedade em relação ao seu espaço geográfico e aos indivíduos que habitam esses espaços. A latência desse assunto tem refletido no crescente número de estudos sobre questões ligadas aos povos do campo. Guiado pelos referenciais da pesquisa qualitativa, este estudo busca analisar as percepções sociais de graduandos em Psicologia sobre o "meio rural" e seus respectivos habitantes. Os dados apontam para uma percepção dúbia do campo brasileiro: ora percebido como um local bucólico e idílico, ora representado como um local de extrema pobreza e falta de recursos, habitado por sujeitos analfabetos e ignorantes. Deve-se considerar o papel da formação acadêmica no desenvolvimento de atitudes que contribuam para a formação de profissionais comprometidos socialmente, além de subsidiar as práticas dos estudantes nos múltiplos contextos existentes no país.

PALAVRAS CHAVE: *Formação do Psicólogo. Percepção Social.. Sociedade.. Meio Rural.*

ABSTRACT

Brazilian media has lately brought light on the rural environment, arising, thus, public opinion towards this geographical space and the people who inhabit it. The relevance of this subject is reflected on a growing number of researches concerning the countryside population. Guided by a qualitative methodological framework, this research tries to analyze the social perception of undergraduate Psychology students about the "rural environment" and their inhabitants. The data displays an ambiguous perception of the Brazilian countryside: sometimes seen as a bucolic and idyllic place, but sometimes represented as a place of extreme poverty inhabited by illiterate and ignorant people. The role of the Psychology academic formation should be considered in the development of approaches that contribute to the development of socially engaged professionals and to the professional support praxis within the multiple contexts of Psychology work demanded by our country.

KEYWORDS: *Graduation of Psychologists. Social Perception. Society. Rural environment.*

INTRODUÇÃO

O "meio rural" brasileiro vem recebendo cada vez mais destaque na mídia contemporânea, sobretudo após a emergência dos movimentos sociais espalhados pelo país, levantando a bandeira da Reforma Agrária. Tal destaque, evidenciado, sobretudo pelas lutas entre grandes latifundiários, governo e movimentos sociais, gera a produção de opinião pública, confirmando ou contradizendo os saberes. Para tomar parte nessas discussões, faz-se necessário que cidadãos, profissionais e Estado posicionem-se de alguma maneira em relação ao campo brasileiro. Para entender a relação estabelecida com os sujeitos do meio rural, faz-se necessário identificar as percepções que permeiam o imaginário social contemporâneo.

Nesta perspectiva situamos os cursos profissionalizantes de nível superior, mais especificamente o curso de Psicologia. Como este curso vem lidando com a temática do "rural" em sua matriz curricular? Como a população rural aparece nas pesquisas, projetos de extensão e debates em sala de aula? Como a diversidade sociocultural tem sido trabalhada no processo de formação? Estas são questões emergentes, tendo em vista que o psicólogo certamente lidará com a diversidade e singularidades culturais em sua atuação profissional. (BERNARDES, 2007).

Entretanto, deve-se considerar a impossibilidade de se investigar o fenômeno da percepção social desarticulado da história política, econômica e sociocultural do povo brasileiro. Assim, este estudo visa contribuir para a ampliação dos debates e discussões sobre o campo brasileiro, enfatizando os fatores associados ao contexto sócio-histórico-cultural, além de inserir nessa discussão a formação profissional e o ensino de Psicologia.

O CAMPO

Muitas concepções de "campo" ou "rural" são encontradas no discurso contemporâneo. Cada uma delas carrega consigo marcas da evolução da sociedade brasileira, sendo impossível desarticular tais concepções da história política, econômica e social do país. Podemos agrupar tais concepções em duas categorias distintas, porém numa constante interação dialética e dialógica.

A primeira concepção de campo é marcada pela negação do espaço rural, sendo esse espaço definido a partir da contraposição do espaço urbano, de modo que o progresso de uma localidade pode ser medido a partir da redução de sua população rural. (CALDART, 2004).

Tal perspectiva percebe o meio rural unicamente do ponto de vista agrário, dominado pelo agronegócio, trabalho penoso e extensa produção material. (RUA, 2006). Por meio dessa óptica, o "meio rural" é percebido como um local atrasado, inferior, pobre, arcaico, criando a ilusão de que a urbanização e industrialização desses espaços seriam o caminho único e natural do desenvolvimento, do progresso, do sucesso econômico, tanto para os indivíduos como para a sociedade. (RATIER, 2002). Ainda nessa perspectiva, os sujeitos do campo são representados pela figura do "Jeca-tatu", sujeitos fáceis de serem enganados e manipulados, em oposição a uma visão do espaço urbano marcada pelo desenvolvimento, progresso, sabedoria, produção de conhecimentos, modernidade e riqueza. (FERNANDES; MOLINA, 2004; NEVES, 2007). Quanto ao futuro, crê na extinção do espaço rural já que este será gradualmente urbanizado e, conseqüentemente, extinto. (SILVA; CAPELO, 2005). Essa perspectiva vem sendo reforçada pela mídia atual, sobretudo televisiva, que por meio de suas representações (novelas, desenhos, filmes, seriados, programas de humor etc.) pinta e reforça uma configuração de "campo" atrasado e de um "urbano" ultra-moderno,

contribuindo para a supervalorização dos centros urbanos e a desvalorização do espaço rural.

Uma segunda perspectiva, sendo esta a norteadora deste trabalho, enxerga o campo como um espaço social de construção de vivências, de luta pela terra, de criação e transformação; ou seja, um espaço de constante vida, levando a uma visão mais ampla que não se restringe aos limites territoriais geográficos, mas antes, busca entender a construção social do campo, seus simbolismos e significados. (SILVA; CAPELO, 2005; RUA, 2006; NEVES, 2007). Na tentativa de definição do espaço rural, Augusto e Gerken (2007) argumentam:

Quando falamos da população rural ou trabalhadores rurais, estamos, na verdade, nos referindo a uma diversidade cultural e de relações com a terra enormes: agricultores familiares que lidam com a terra nos diferentes biomas e ecossistemas brasileiros, como o cerrado, mata atlântica, pantanal, semi-árido nordestino, caatinga, que tomam diferentes identidades sociais e vem construindo os mais diversos regimes de trabalho e em diferentes cadeias produtivas como café, laranja, gado, rosas, cana, fumo, cacau etc. assentados, acampados, ribeirinhos, seringueiros, indígenas, quilombolas, pescadores, dentre outros. (AUGUST & GERKEN, 2007, p. 02).

Assim, entende-se o campo brasileiro como local permeado pela vida, por diversidade, seja étnica, etária, social ou econômica, de modo que no mesmo espaço geográfico crianças, jovens e velhos; negros, brancos e pardos; grandes fazendeiros, empresários do agronegócio, pequenos agricultores e lavradores autônomos, se encontrem, a todo tempo, numa infinita interação, mas nem sempre equânime.

A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO E O COMPROMISSO SOCIAL

A graduação mostra-se como um momento de fundamental importância para a trajetória de formação do estudante de Psicologia. (YUKIMITSU, 1999). Durante os anos de estudos na academia, o acadêmico entrará em contato não apenas com os referenciais teóricos que fundamentarão sua prática profissional, mas também com diversos modelos de profissionais: professores em sala de aula, supervisores de estágio, orientadores, palestrantes, teóricos e pesquisadores, dentre outros, que, por meio de exemplos demonstrarão o trabalho e as práticas dos profissionais de Psicologia.

A formação acadêmica pode contribuir ainda para a desconstrução de conceitos e percepções adquiridos na trajetória pré-acadêmica, além da construção de novas atitudes e conhecimentos que permitam a ampliação do olhar crítico do estudante. (YUKIMITSU, 1999). Para refletir sobre a formação em Psicologia na atualidade, é imprescindível recorrer à história da formação em Psicologia no Brasil, articulando-a ao momento sócio-político no qual a Psicologia ganhou forças e formas. (PATTO, 2003). Fazer esse movimento permitirá compreender "a quem" a Psicologia serviu, ou quais demandas impulsionaram a sua ascensão e institucionalização no cenário brasileira.

A história brasileira mostra que a Psicologia, enquanto profissão institucionalizada, surge num momento de grandes tensões políticas e econômicas, marcadas por lutas intensas entre posseiros e grileiros, revoluções sociais, industrialização do país, além dos ares de uma ditadura que se aproximava. (ALBUQUERQUE; ARENDT, 2003). Como ciência, a Psicologia preocupou-se em estabelecer um compromisso com a sociedade. No entanto, esse compromisso social foi firmado com

as elites brasileiras, detentoras do capital e donas dos denominados "meios de produção", levando à instrumentalização da Psicologia a favor das classes dominadoras, numa perspectiva higienista, excludente, visando controlar e categorizar as classes populares, tendo em vista o lucro e ascensão da elite. (BOCK, 2003).

Wanderley Codo (1984) aponta que o psicólogo, sobretudo nas organizações de trabalho, restringiu sua prática profissional à aplicação de testes e à seleção profissional, contribuindo para o controle dos trabalhadores e retirada da autonomia dos mesmos. O referido autor chega a considerar tais psicólogos como os "lobos-maus" da Psicologia, dada a sua prática aversiva.

Ao se analisar o percurso da Psicologia Social, observa-se que esta, assim como os demais ramos da Psicologia, deu-se num meio urbanizado e excluindo os fatores sócio-históricos e culturais (ALBUQUERQUE; ARENDT, 2003). No I Encontro Mineiro de Psicologia Social realizado pela Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSÓ), em 1985, Bomfim já denunciava o fato da Psicologia brasileira apresentar pouca preocupação em produzir conhecimentos que contemplassem o contexto sócio-histórico e cultural do país. A autora alertava ainda que grande parte dos conhecimentos utilizados nesse período eram importados de outros países, como os Estados Unidos e, não levavam em conta as singularidades e as demandas reais da população brasileira que nesta época se constituía, em sua maioria, por indivíduos com contato direto com o campo. (BOMFIM, 1985; ALBUQUERQUE, 2001).

Entretanto, no Brasil, a partir da década de 60, esse cenário começa a ser mudado. Neste período, presenciou-se a mobilização de alguns psicólogos no intuito de somarem esforços para tornar a Psicologia mais próxima da população em geral e mais comprometida com a realidade na qual estava inserida. (LANE, 1996). A elitização da Psicologia passa a ser questionada e novas práticas passam a ser pensadas tendo em vista a mobilização dos coletivos e transformação social. (FREITAS, 1996). Tais ações ganharam força com a sistematização de uma Psicologia Social Comunitária brasileira e a inserção dos psicólogos no contexto da saúde pública. (BOCK, 2005). Em julho de 1980, é criada a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSÓ), configurando-se como um importante marco para a construção de uma psicologia crítica, política, histórica e comprometida com a realidade concreta da população brasileira. (FREITAS, 1996).

O mesmo fato se repetia em outros ramos da Psicologia, como a Psicologia das Diferenças Individuais. Psicólogos desta área, percebendo que a maior parte dos testes psicológicos usados em nossa população eram construídos e validados a partir de uma amostra estrangeira, buscaram uma reformulação dos métodos e ferramentas que validassem seus estudos, resultando na criação do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) em 1997 e no incentivo de estudos que trouxessem em sua centralidade a população brasileira. (FLOREZ-MENDONZA, 2006).

Ainda hoje, percebe-se que apesar dos grandes avanços e progressos nos paradigmas e concepções científicas as populações rurais permanecem, de certo modo, negligenciadas, revelando uma carência de instrumentos que levem em consideração que o contexto rural demanda metodologias e perspectivas específicas, dada a sua história sócio-política e que considerem a realidade pesquisada. (ALBUQUERQUE, 2001; ALBUQUERQUE, 2002).

Por outro lado, presencia-se o aumento de pesquisadores indagando e refletindo sobre as possíveis contribuições da Psicologia às populações rurais. (ALBUQUERQUE, 1999a; ALBUQUERQUE, 1999b; DOMINGUES, 2007). Em um estudo que discute as contribuições da Psicologia para

os indivíduos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no período entre 1987 e 2004, Domingues (2007) mostra que em relação às outras áreas da ciência, a Psicologia pouco contribuiu, aparecendo como 11ª colocada num ranking de áreas do conhecimento que citaram o MST em suas publicações. O mesmo estudo mostra que poucos trabalhos discorrem sobre a infância neste movimento social, saúde mental do trabalhador rural e outros temas, apesar do potencial dos psicólogos para contribuir com estudos nas linhas de Desenvolvimento Humano, Psicologia Social, do Trabalho, da Saúde, dentre outras áreas.

Ao apontar tal negligência científica, cabe questionar os "porquês" desta ciência mostrar-se tão indiferente a esta parcela da população. Um dos fatores que muito pode contribuir para essa realidade parece estar ligado a algumas deficiências na formação acadêmica desses profissionais. Bock (2005), analisando a formação dos psicólogos brasileiros, afirma:

Nosso projeto significa um rompimento com esta tradição e a construção de um novo lugar para a Psicologia; a construção de uma nova relação da Psicologia com a sociedade. Queremos uma Psicologia a serviço dos interesses da maioria da sociedade; uma psicologia acessível a todos. Este novo compromisso que queremos manter com a sociedade exige uma nova formação. A formação que temos tradicionalmente mantido em nossas escolas não prepara para este projeto, para este lugar social. [...] É preciso colocar a Psicologia a serviço da sociedade, é preciso colocar a Psicologia a serviço da construção de um mundo melhor, de condições de vida digna, de respeito aos direitos humanos e da construção de políticas públicas que possam oferecer a Psicologia a quem dela tiver necessidade [...]. Esse deve ser o norte de nosso compromisso com a sociedade e o eixo de nossa formação. (BOCK, 2005, p.02).

No entanto, deve-se ressaltar que a maneira como os profissionais de Psicologia se relacionam com a sociedade dependerá diretamente da forma como percebem cada parcela da população. Assim, deve-se considerar a percepção social dos estudantes e profissionais de Psicologia sobre os sujeitos com quem se relacionarão e sobre os espaços nos quais exercerão sua prática profissional.

A PERCEPÇÃO SOCIAL

A percepção social refere-se ao estudo da maneira como as pessoas formam impressões e fazem inferências sobre as outras. (ARONSON; WILSON; AKERT, 1999). De acordo com Braghirolli (1994), o estudo da percepção social possibilita a apreensão da forma como os indivíduos enxergam e julgam os sujeitos, sobretudo quando colocados frente ao desconhecido. O estado de desequilíbrio provocado por tais situações leva o observador a categorizar o desconhecido, transformando-o em algo familiar, conhecido. Esta significação guiará a forma de agir em relação a esse "outro", produzindo um novo sentido e consequentemente um novo significado.

Para avaliar a maneira mais adequada de agir ante o desconhecido, os sujeitos valem-se de características estereotípicas (roupa, aspecto dos físicos, cheiro, idade) e de juízo de valores, construídos ontologicamente e intrínsecos ao contexto sócio cultural. (BRAGHIROLLI, 1994). Frente ao desconhecido os indivíduos tendem a completar as informações faltantes a fim de criar

uma coerência no desconhecido, facilitando a possibilidade de erros de percepção nas relações sociais cotidianas.

Na atualidade, o fenômeno da percepção social vem se configurando como objeto de estudos e pesquisas, seja no âmbito da educação, saúde, políticas sociais, dentre outros (SOUSA, 2000; CASTELLI; ARCURI; ZOGMAISTER, 2001; SOUSA; HORTENSE, 2006; MOREIRA; ARAÚJO; PIMENTEL, 2007; SOUSA; SOUZA FILHO, 2008).

Ancorado na perspectiva da pesquisa qualitativa e na teoria da Percepção Social (BRAGHI-ROLLI, 1994; ARONSON; WILSON; AKERT, 1999), este estudo busca identificar as percepções sociais de graduandos em Psicologia sobre o meio rural brasileiro e seus habitantes, bem como da atuação do psicólogo nesses contextos.

MÉTODOS

O presente estudo ancorou-se na perspectiva da pesquisa qualitativa que não objetiva quantificar, mas antes, compreender e explicar crenças, representações e hábitos de uma sociedade considerando as percepções dos sujeitos. (MINAYO, 2005).

Participaram estudantes de um curso de Psicologia de uma instituição privada de ensino superior de Belo Horizonte – MG. A escolha dos participantes ocorreu por meio da solicitação em sala de aula, de voluntários interessados em participar da pesquisa, sendo determinado previamente apenas o período de aula em curso – a saber, 2º, 4º, 7º e 8º períodos – entendendo que dessa maneira se obteria uma maior representatividade do curso de Psicologia como um todo. Assim, todos os estudantes dos períodos em questão foram convidados a participar e a amostra foi composta pelos estudantes que demonstraram disponibilidade e interesse de participação.

Os entrevistados responderam a um questionário semiestruturado, alicerçado nos seguintes eixos temáticos: perspectiva de atuação profissional como psicólogo, associação de palavras que caracterizem o meio "rural", percepção da atuação do psicólogo em contextos rurais, proximidade com o tema na trajetória acadêmica, assim como em sala de aula e, por fim, a representação gráfica de um sujeito da zona rural.

Os recursos gráficos, como as figuras e desenhos, mostram-se como grandes aliados na captação das percepções sociais, pois por meio deles, consciente ou inconscientemente, o indivíduo externaliza e projeta seus sentimentos, assim como significados em relação ao objeto estudado. (MIRANDA; FUREGATO; SIMPSON; AZEVEDO, 2007). Desta forma, a representação gráfica se mostra mais eficiente do que a fala discursiva, já que ao representar graficamente um objeto, o sujeito imprime no papel significados, pensamentos e percepções construídas na trajetória histórica do entrevistado, articulando desenho-atividade-linguagem. (MIRANDA et al., 2007).

As entrevistas e desenhos foram analisados na perspectiva das percepções sociais (BRAGHI-ROLLI, 2005). Para tanto, utilizou-se os eixos temáticos dos questionários como categorias de análise. Os dados foram categorizados e os resultados seguem abaixo.

RESULTADOS

Participaram deste estudo 38 estudantes sendo 05 (13%) matriculados no 2º períodos do curso de Psicologia, 13 (34%) no 4º período, 14 (37%) no 7º período e 06 (16%) no 8º período da graduação. 33 (87%) dos participantes são do sexo feminino e 05 (13%) do sexo masculino, com idade

entre 18 e 51 anos (M=29,7). 33 (87%) identificaram como cidade de origem a capital mineira ou cidades da região metropolitana de Belo Horizonte. Apenas 01 estudante identificou como cidade de origem Juiz de Fora e 04 alegaram advir de pequenas cidades do interior mineiro.

O espaço geográfico rural foi caracterizado por adjetivos como *"terra, plantação, animais, roça, mato, riacho, verde, fazenda, curral, estrada de terra, capela, pequeno, afastado, isolado, longe."* Tais adjetivos refletem um conceito de rural pautado, na maioria das vezes, por características paisagistas e estruturais do ambiente físico, desconsiderando como rural regiões que, apesar de contarem com asfalto, estradas pavimentadas, casas com a mesma arquitetura de casas de centros urbanos, mantêm uma funcionalidade rural, já que estão intimamente ligadas às atividades como agricultura, pecuária, pesca, dentre outros.

O espaço social do meio rural foi identificado em perspectivas extremistas e opostas. Um grupo de estudantes caracterizou o campo num viés idílico, romantizado: um espaço de tranquilidade, calma e monotonia, reforçando a representação do campo como um lugar de descanso, desconsiderando o contingente populacional que habita esses espaços em nosso país, assim como os embates sociais nele travados cotidianamente. Os adjetivos que prevaleceram foram: *"tranquilidade, bucólico, equilíbrio, liberdade, paz, leveza, vida pacata, sossego, humildade, simplicidade, quietude, passividade."*

O segundo grupo, contudo, delineou o meio rural numa perspectiva depreciativa, definindo-o por meio de adjetivos como *"abandono, fome, analfabetismo, pobreza, provação"*, dentre outros.

O homem do campo foi pouco citado na caracterização do espaço rural. No entanto, quando citado, prevalece a representação de um homem marcado por estereótipos socialmente construídos: *"baixa intensidade (sic) demográfica, caipira, humilde, passividade, ingenuidade, homem do campo, jeca, desatualizado, matuto, pessoas não alfabetizadas"*, dentre outros.

Tratando-se das atividades e trabalho rural, os estudantes demonstraram percebê-los como um trabalho penoso e cansativo, sempre ligado à agricultura: *"exploração, cansaço, falta de emprego, produtividade, trabalho braçal, agricultura, lavoura."*

Os dados desse estudo revelam ainda que os estudantes entrevistados percebem uma inexistência ou carência de políticas públicas voltadas ao campo, exemplificadas em palavras como: *"exclusão social, poucas escolas, pouca informação, deficiência educacional, falta de ensino público eficaz, necessidade de ações sociais, pobreza, fome, exploração, falta de recursos, falta de possibilidades, falta de saneamento, falta de informação"* dentre outros.

Em relação às perspectivas de atuação profissional, nenhum dos alunos elegeu o meio rural como local de interesse de atuação. A análise dos dados aponta que 20 estudantes (53%), no momento da pesquisa, gostariam de atuar na área da saúde, sendo 07 (18%) com Psicologia Clínica, 07 (18%) Psicologia Hospitalar, 02 (06%) Desenvolvimento Humano, 01 (3%) Saúde Coletiva e 02 citaram apenas o termo saúde. 12 (31%) desejariam atuar no campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho, 02 (6%) na área educacional, 02 (6%) na Psicologia Jurídica. Ressalta-se que apenas 01 estudante alegou ter interesse em tornar-se pesquisador e há um outro estudante ainda não se decidiu.

A maior parte dos estudantes (92%) afirmou não ter participado de nenhum evento científico (congresso, curso, oficina, dentre outros) em sua trajetória acadêmica cuja temática central girasse em todo de temáticas rurais. Apenas 03 estudantes alegaram ter participado de tais eventos. Alguns estudantes buscaram justificativas para a não participação como: *"falta de conhecimento*

de tais eventos, falta de oportunidade." Outros identificaram que se trata de um assunto pouco recorrente durante a formação acadêmica:

"Esse tema para mim é novidade. Ainda não vi nenhum congresso relacionado a temas rurais." (Estudante, 2º período).

"Tenho a impressão de que temas rurais não interessam a ninguém. É deprimente que as pessoas pensem assim." (Estudante, 7º período).

"Não. Não tive a oportunidade." (Estudante, 7º período).

"Provavelmente porque o interesse da categoria de Psicologia não seja centrado nessa temática." (Estudante, 8º período).

Ao serem questionados, 34 estudantes (89%) alegaram não se recordar ou não terem participado de nenhuma aula, durante a graduação, cujo tema se relacionasse à prática do psicólogo em contextos não-urbanos.

"Não que eu me recorde." (Estudante, 4º período).

"Que eu me lembre não, pois todas as práticas que sei dizem respeito aos espaços urbanos." (Estudante, 7º período).

"Não. Nenhuma aula até hoje contemplou esse assunto." (Estudante, 7º período).

"Não. É uma deficiência na grade da escola." (Estudante, 7º período).

Apenas 04 estudantes (11%) alegaram se recordar de aulas que englobaram tais contextos, apontando uma relação com a atividade profissional exercida pelo professor e os conteúdos ministrados em sala de aula.

"Tivemos a oportunidade de ter alguns exemplos com a professora de Psicologia Social, mas nunca tivemos a vivência." (Estudante, 7º período).

"Sim, Psicologia Social I." (Estudante, 4º período).

"Sim, com a professora de Psicologia Social I, foi abordado o trabalho que a professora efetuava com um grupo de sem terra no norte de Minas." (Estudante, 4º período).

Situação semelhante é descrita por Rocha (2004) em investigação sobre a formação de professores para atuação nas escolas do campo. Nesse trabalho, todas as 42 (quarenta e duas) entrevistadas não cursaram disciplinas ou tiveram acesso a materiais didáticos que abordassem a temática do campo. Tal fato parece estar associado ao que Paraíso (1996) definiu como "campo do silêncio" das questões culturais nos currículos de formação.

Ao serem questionados sobre quais as possíveis atuações de um psicólogo junto à população da zona rural, percebe-se um vazio, marcado por 21% dos estudantes que não responderam a questão ou pelo reconhecimento do desconhecimento da atuação do psicólogo nestes contextos, até mesmo por alunos do final do curso:

"Não faço idéia." (Estudante, 2º período).

"Sinceramente não faço nem idéia, mas acho que podem ser feitos encaminhamentos dentro dos atendimentos clínicos." (Estudante, 7º período).

"Pergunta complicada. Eu acho que o psicólogo pode atuar na zona rural igual na zona urbana. Atuar na área clínica, porém lá, ainda existe um preconceito maior. Eles acham que psicólogo é pra doido. Pode haver algumas barreiras ou não. Eu desconheço tal assunto e pode ser que eu esteja equivocada." (Estudante, 2º período).

"Não vejo ampla atuação. Apenas clínica (terapia) e hospitais (caso houver) e em postos de saúde e escola." (Estudante, 7º período).

Os estudantes que responderam à pergunta, em sua maioria, descreveram uma prática voltada às possíveis doenças, problemas e "dificuldades" que imaginam ser rotineiras no meio rural, pautando-se numa perspectiva curativa, assistencialista e higienista, porém sem perspectiva de promoção da saúde:

"Organização, problemas familiares, enfrentamento de doenças graves etc." (Estudante, 4º período).

"Melhoria de vida em relação à falta de assistência em todas as outras áreas, maiores possibilidades e formas de ajuda." (Estudante, 7º período).

"Educação e ensino, tomada de consciência e atuação junto ao planejamento e educação sexual." (Estudante, 7º período).

"Área da saúde e hospitais. Nas escolas para detectar déficit de aprendizagem. Nas delegacias para auxiliar nas psicopatologias." (Estudante, 4º período).

Pôde-se perceber ainda que alguns dos alunos relacionaram de maneira mais enfática a atuação profissional do psicólogo em espaços rurais apenas à Psicologia Social, como pode ser percebida nas falas abaixo:

"Não interesse pela área social. Minha experiência e sentidos (sic) é totalmente voltada para a organizacional." (Estudante, 7º período).

"Não sei informar. Nunca atuei na área social." (Estudante, 7º período).

"Área Psicossocial." (Estudante, 2º período).

Analisando as representações gráficas dos entrevistados, dividiu-se os desenhos em duas categorias temáticas: representação do homem, representação do espaço rural.

Deve-se considerar que 26% dos estudantes não realizaram a tarefa da representação gráfica dos sujeitos do campo ou da cidade. Destes, 60% representou apenas o indivíduo urbano, desconsiderando a representação gráfica do indivíduo rural. Tal dado pode estar relacionado ao desconhecimento destes sujeitos, conforme apontando por dois dos estudantes:



Figura 1. Desenho feito por estudante do 4º período

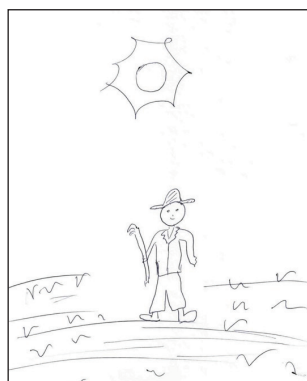


Figura 2. Desenho feito por estudante do 4º período



Figura 3. Desenho feito por estudante do 7º período



Figura 4. Desenho feito por estudante do 4º período

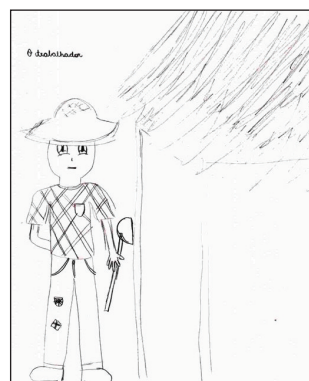


Figura 5. Desenho feito por estudante do 4º período

"Por não ter nenhuma certeza do modus operandi (sic) de um homem do campo, prefiro não retratar algo infiel!" (Estudante, 4º período).

"Não sou bom pra desenhar, mas seria um homem com o semblante sofrido pelo trabalho no campo." (Estudante, 8º período).

Os sujeitos retratados por 74% dos estudantes que desenharam, revelam a repetição de estereótipos instituídos socialmente sobre o homem do campo, representado pela figura do Jecatatu: em sua maioria do sexo masculino, com chapéu de palha, mastigando capim, com roupas rasgadas e/ou remendadas, descalços, com semblante lembrando um olhar sofrido e de piedade, exercendo atividades ligadas à agricultura e, frequentemente manuseando ferramentas agrícolas (machado, enxada, foice), conforme se verifica nas figuras (Figuras 1, 2, 3, 4 e 5).

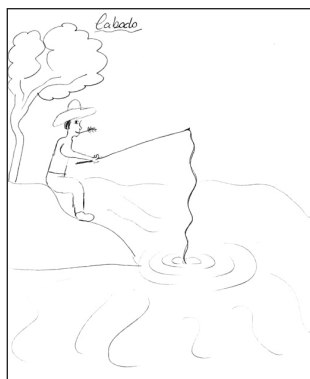


Figura 6. Desenho feito por estudante do 4º período

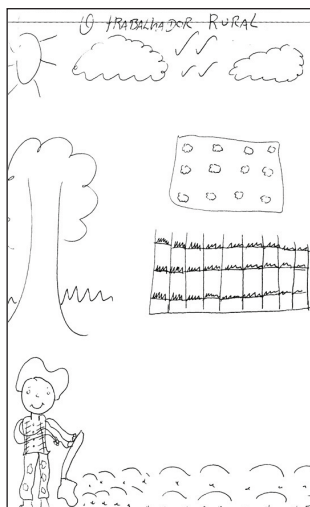


Figura 7. Desenho feito por estudante do 7º período



Figura 8. Desenho feito por estudante do 7º período

O espaço geográfico campesino foi representado graficamente como um local bucólico, cercado de vasta vegetação, animais e mantendo os mesmos padrões cenográficos e profissionais (Figura 6, 7 e 8).

Nota-se ainda que em 14% dos desenhos que representavam indivíduos rurais, não houve a representação de um ser humano, mas sim de animais, plantações, casas rústicas, dentre outros. Tal dado revela uma percepção de campo que nega a existência de vida humana nesses espaços (Figuras 9, 10, 11 e 12).

DISCUSSÃO

Nos últimos anos, a formação em Psicologia vem sendo repensada e reformulada. (NASCI-MENTO; MANZINI; BOCCO, 2006). Todavia, diante das singularidades socioculturais como as questões étnicas, raciais, financeiras, gênero, orientação sexual, dentre tantas outras presentes no cotidiano brasileiro, uma tensão se estabelece: formar psicólogos generalistas, no sentido de dar conta de toda uma demanda sociocultural ou formar especialistas, no intuito de dar conta de tantas especificidades que o contexto brasileiro abarca? Para responder esse questionamento e minimizar a tensão entre singularidades e universalidade serão necessários muitos estudos e muitos debates.

Em nosso estudo percebemos um fenômeno semelhante ao que Paraiso (1996) denominou de "campo de silêncio" do currículo formal. Para a autora, apesar de existente e muitas vezes imposto, este "silenciamento" das questões culturais nem sempre é respeitado, já que frequentemente a temática surge na fala, gestos, dúvidas e questionamentos em sala de aula. Nesse sentido, "é um 'calar' sobre algo que se faz presente, pedindo pra ser problematizado e



Figura 9. Desenho feito por estudante do 7º período

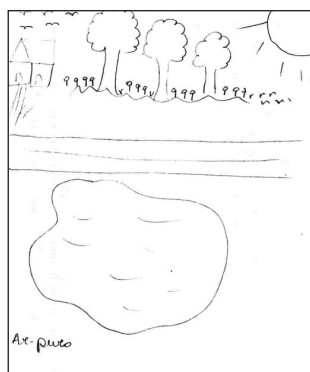


Figura 10. Desenho feito por estudante do 7º período



Figura 12. Desenho feito por estudante do 4º período

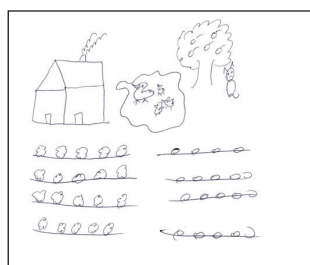


Figura 11. Desenho feito por estudante do 7º período

trabalhado". (PARAÍSO, 1996). Na mesma perspectiva, encontram-se os estudos de Santomé (1995) que atribui a este silenciamento o nome de "culturas silenciadas" já que não dispõem de estruturas importantes de poder para serem trabalhadas em sala de aula como conhecimentos legítimos.

Portanto, urge incluir a questão da diversidade sociocultural nos projetos políticos pedagógicos dos cursos de Psicologia. Todavia, não pretendemos propor uma nova especialidade em Psicologia denominada, talvez, por "Psicologia Rural", mas antes, incluir as temáticas relativas ao meio rural como tema transversal no decorrer da graduação.

Nesse sentido Bock (1997) aponta:

É preciso uma formação em Psicologia colada à realidade social brasileira. Uma formação impregnada à realidade. Uma formação que, ao ensinar as teorias e saberes acumulados, é capaz de falar da realidade vivida pela população brasileira. Uma formação que permita a entrada franca da realidade cotidiana. Uma formação que interage numa leitura ampla as várias dimensões da realidade. (BOCK, 1997, p. 42).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a extensa população rural do nosso país (IBGE, 2006) deve-se considerar o meio rural como um provável ambiente de trabalho dos psicólogos em geral. As informações obtidas por meio dos questionários e análise dos desenhos dos estudantes revelaram haver uma carência de discussões das temáticas ligadas ao meio rural brasileiro durante a graduação em Psicologia. Tal dado poderia estar associado aos achados do estudo de Paraíso (1996) que aponta um "campo de silêncio" nos currículos de formação no que tange às lutas entre culturas.

Ao ingressarem num curso superior, os estudantes trazem consigo sua história e refletem o contexto social onde viveram. Nesse sentido, os dados refletem parte da percepção social do campo na sociedade brasileira. Assim, outros fatores extrínsecos à formação acadêmica, como a mídia, religião, ambiente familiar, momento político e econômico do país devem ser considerados reforçadores de uma visão depreciativa do meio rural e de seus habitantes.

Os resultados apontam ainda para a necessidade de estudos que aprofundem a discussão do papel do professor universitário como formador de atitudes e (des)construção de percepções dos alunos. Há que se considerar o espaço acadêmico como um local favorável à modificação de percepções, visando uma formação mais ampla, democrática e comprometida socialmente.

Evidencia-se, finalmente, a necessidade da implementação de centros de estudos e até mesmo a ampliação de instituições de ensino superior no interior dos estados brasileiros. Deve-se ressaltar que tal ensino deve estar pautado em premissas que articulem o contexto sócio-histórico-cultural à formação acadêmica, de modo que sejam formados profissionais, "no" campo e "para" o campo. Isto é, reforçar o acesso ao ensino superior como direito da população campesina, a fim de beneficiar as próprias comunidades nas quais os estudantes estejam inseridos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, F. J. B. Aspectos Psicossociais do Mundo Rural. *Revista de Psicologia (Fortaleza)*, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 69-76, 1999.
- ALBUQUERQUE, F. J. B. Apontamentos para uma Psicologia Social voltada para o ambiente rural no Brasil. In: *Anais do I Congresso Norte Nordeste de Psicologia*. Salvador, v. 1, p. 12-17, 1999.
- ALBUQUERQUE, F. J. B. Aproximación metodológica desde la Psicologia Social a la investigación em zonas rurales. In: *Estúdios Agrosociales y Pesqueiros*, n. 191, p. 225-233, 2001.
- ALBUQUERQUE, F. J. B. Psicologia Social e formas de vida rural no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, n. 1, v. 18, 2002.
- ALBUQUERQUE, F. J. B.; ARENDT, R. A Psicologia Social e o Brasil. In: Yamamoto, O. H.; Gouveia, V. V. (Org.). *Construindo a Psicologia Brasileira: desafios da ciência e prática psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- ARONSON, E.; AKERT, R. M.; WILSON, T. D. *Psicologia Social*. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
- AUGUSTO, R. C.; GERKEN, C. H. S. Diversidade sociocultural e educação: desafios para a psicologia. In: *Anais do VIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional, 2007, São João Del Rey. Psicologia Escolar e Educacional: História, compromissos e Perspectivas, 2007*. p. 23.
- BERNARDES, L. H. G. *Subjetividade: um objeto para uma psicologia comprometida com o social*. São Paulo: Conselho Federal de Psicologia, Casa do Psicólogo, 2007.
- BOCK, A. M. B. Formação do Psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 17, n. 2, p. 37-42, 1997.
- BOCK, A. M. B. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, A. M. B. (Org.). *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOCK, A. M. B. *Um novo projeto para a profissão para a profissão no Brasil: o compromisso social da Psicologia*. In: V Encontro Nacional da ABEP, 2005.
- BOMFIM, E. M. Cabeças importadas ou por que não uma psicossociologia brasileira? In: I Encontro Mineiro de Psicologia Social, 2004, Belo Horizonte. Edição comemorativa dos 20 anos da Abrapso-Minas. *Anais do I Encontro Mineiro de Psicologia Social*. São João Del-Rey : ABRAPSO-Minas, v. 1, 1985.
- BRANGHIROLI, E. M. Percepção Social. In: BRANGHIROLI, E. M. (Org.). *Temas de Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CALDART, R. S. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. de. (Org.). *Por uma Educação Básica do Campo: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo*, n. 5, 2004. (Coleção por uma Educação do Campo).
- CASTELLI, L.; ARCURI, L.; ZOGMAISTER, C. Perceiving ingroup members who use stereotypes: implicit conformity and similarity. In: *European Journal of Social Psychology*, v. 33, n. 2, p. 163-175, 2002.
- CODO, W. O papel do psicólogo na organização industrial (notas sobre o "lobomau" em psicologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2. ed., 1984.

- DOMINGUES, E. Vinte anos do MST: a psicologia nesta história. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 12, n. 13, p. 573-582, set.-dez. 2007.
- FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. de. (Org.). *Por uma Educação Básica do Campo: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo*. n. 5, 2004. (Coleção por uma Educação do Campo).
- FLORES-MENDOZA, C. E. O estudo das diferenças individuais no Brasil. In: FLORES-MENDOZA, C. E. COLOM, A. *Introdução à Psicologia das diferenças individuais*. Porto Alegre: ArtMed, 2006.
- FREITAS, M. F. Q. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. Em R. H. F. Campos (Org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. São Paulo: Vozes, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2006). Anuário Estatístico do Brasil. Brasília: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/7a12/conhecer_brasil/default.php?id_tema_menu=2&id_tema_submenu=5> Acesso em: 10 de outubro de 2008.
- LANE, S. T. M. Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In: R. H. F. Campos (Ed.), *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 17-34.
- Minayo, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- MOREIRA, E. F.; ARAÚJO, L. F.; PIMENTEL, C. E. Percepção dos ambientalistas por universitários: uma análise semântica. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 12, n. 1, p. 161-169, jan.-abr. 2007.
- MIRANDA, F. A. N.; FUREGATO, A. R. F.; SIMPSON, C. A.; AZEVEDO, D. M. Figuras e significados: recursos gráficos na pesquisa de representações sociais. *Revista Eletrônica de enfermagem*, v. 9, n. 2, p. 526-536, mai-ago, 2007.
- NASCIMENTO, M. L.; MANZINI, J. M.; BOCCO, F. Reinventando as práticas Psi. In: *Psicologia & Sociedade*, v. 18, n. 1, p. 15-20, jan-abr., 2006.
- NEVES, Eloiza D. *O trabalho de professores em contexto rural: uma investigação*. In: 30ª Reunião Anual da Anped, Caxambu. Anped: 30 anos de pesquisa e compromisso social, 2007.
- PARÁISO, M. A. Lutas entre culturas no currículo em ação da formação docente. In: *Educação e Realidade*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 137-157, 1996.
- PATTO, M. H. S. O que a história pode dizer sobre a profissão do psicólogo: a relação Psicologia-Educação. In: BOCK, A. M. B (Org.). *Psicologia e o compromisso Social*. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.
- RATIER, H.E. Rural, ruralidad, nueva ruralidade y contraurbanización. Un estado de la cuestión. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, n. 31, p. 09-29, 2002.
- ROCHA, M. I A. *Representações sociais de professores sobre os alunos no contexto da luta pela terra*. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.
- RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. In: *Revista de Geografia Agrária*, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev., 2006.
- SANTOME, J. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T. T. (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SILVA, R. N.; CAPELO, M. R. C. Juventude do Campo e Políticas Públicas: algumas reflexões de um texto em construção. *Colloquium Humanarum*, v. 3, p. 36-48, 2005.

SOUSA, F. A. E. F. Percepção social do enfermeiro. *Rev. Latino-americana de enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 8, n. 1, p. 31-34, jan., 2000.

SOUSA, F. A. E. F.; HORTENSE, P. Social perception of nursing professional assessed by different scales. *Rev Latino-americana de Enfermagem*, v. 14, n. 6, p. 857-62, nov.-dez., 2006.

SOUSA, L. M.; SOUZA FILHO, E. A. Percepções sociais de pacientes sobre profissionais de saúde e outros estressores no ambiente de unidade de terapia intensiva. *Estudos de Psicologia*. Campinas, v. 25, n. 3, p. 333-342, jul-set, 2008.

YUKIMITSU, M. T. C. P. A formação do psicólogo: considerações gerais. In: WITTER, C. (Org.) *Ensino de Psicologia*. Campinas: Ed. Alínea, 1999.